

Desligamento, pós-desligamento e reinserção familiar e comunitária

No que tange à reinserção social, as principais preocupações dos pesquisadores giram em torno da ausência de políticas públicas capazes de assegurar condições financeiras para as famílias, da importância da adoção de estratégias que garantam a convivência familiar e o fortalecimento de vínculos das crianças e dos adolescentes durante o período de acolhimento e do acompanhamento dos egressos após o desligamento do serviço.

Embora tenham sido reconhecidos os esforços dos técnicos no processo de reinserção familiar, com o estabelecimento de visitas, encaminhamento da família para rede de proteção e saúde e avaliação periódica das condições da família; é possível identificar dificuldades importantes que dificultam a reinserção dos acolhidos, estendendo o período de institucionalização e impactando negativamente no desenvolvimento dos mesmos. Algumas das dificuldades citadas são: a não adesão das famílias às propostas da instituição; a não inclusão da família extensa nessas propostas; a falta de recursos financeiros das famílias; e a valorização do acolhimento, por parte dos pais, como melhor opção de vida para seus filhos. Nesse sentido, promover a articulação da rede socioassistencial, incluir membros da família extensa nas atividades de convivência e reinserção familiar e aplicar o princípio da brevidade dessa medida de proteção são ações fundamentais para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes acolhidos (SIQUEIRA; SCOTT; SCHMITT, 2019; BRITO; ROSA; TRINDADE, 2014).

As medidas sociais adotadas pelas instituições para preservar e fortalecer os vínculos familiares durante o acolhimento podem contribuir para um retorno rápido e seguro à família de origem, preservando o direito à convivência familiar no campo da política de atenção às necessidades básicas e especiais de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (CAVALCANTE; SILVA; MAGALHÃES, 2010). Entre essas medidas, considera-se indispensável o fortalecimento da rede de apoio às famílias e sua inserção em programas capazes de suprir suas carências materiais ou mitigar seus efeitos. A maioria dos adolescentes relata manter vínculos e/ou sentimentos positivos em relação a pelo menos um membro da família, por isso recomenda-se investir em políticas e serviços que ofereçam condições dignas para as famílias, capacitar profissionais e desenvolver programas específicos para promover e acompanhar a reinserção familiar e comunitária dos acolhidos (ROSA ET AL., 2012). A garantia do direito à convivência familiar e comunitária não é de responsabilidade exclusiva das famílias e demanda a articulação de diversos serviços que carecem de recursos materiais e humanos que limitam a autonomia profissional com contratos de trabalho frágeis e com a ausência de formação profissional sistemática. Esse cenário

prejudica também o acompanhamento dos egressos do serviço de acolhimento, assim como a implementação de projetos e ações que poderiam evitar a reinstitucionalização dos mesmos (PAIVA; MOREIRA; LIMA, 2019).

A questão do acompanhamento no período pós-desligamento foi uma preocupação manifestada pelos estudos realizados, assim como o planejamento e a preparação dos acolhidos e de suas famílias para esse momento. Na prática, parece não haver um programa padrão de avaliação e acompanhamento de egressos das unidades de acolhimento e, muitas vezes, essas instituições não possuem uma equipe para realizar esse trabalho. Embora a promoção de visitas periódicas ocorra na maioria das unidades de acolhimento, a falta de planejamento em conjunto com as famílias e mesmo de orientação das pessoas envolvidas acaba despotencializando esse importante instrumento para a garantia do fortalecimento de vínculos e de convivência. As instituições que contam com equipes multiprofissionais, articuladas com outros atores da rede de proteção, parecem mais capacitadas para enfrentar esses desafios (SIQUEIRA ET AL., 2010; SIQUEIRA; MASSIGNAN; DELL'AGLIO, 2011). Essas equipes, devidamente capacitadas, e as políticas, devidamente monitoradas, voltadas para o acolhimento institucional devem estar adequadas ao tamanho da população e da região onde atuam para que possam articular, com outros atores, ações de apoio às famílias e aos egressos do serviço. Devidamente assistidas, com acesso à saúde, educação e trabalho, as famílias têm melhores condições de cuidar de suas crianças e adolescentes (IANNELLI; ASSIS; PINTO, 2015).

Especificamente sobre aqueles acolhidos desligados em virtude da maioridade, foram identificadas instituições marcadas pela ausência de práticas sistemáticas, pela falta de planejamento e pela atuação individualizada, muitas vezes baseada no “favor”, no que tange as ações relacionadas à reinserção social. Esse comportamento reafirma o paternalismo e assistencialismo típicos da assistência social do início do século XX. Mecanismos de supervisão, fiscalização e acompanhamento das atividades realizadas poderiam contribuir para o aprimoramento do serviço e, no momento do desligamento, projetos como as repúblicas, por exemplo, poderiam mediar a saída de um ambiente ainda marcado pela tutela para a construção de uma trajetória autônoma. Notou-se a ausência de políticas públicas que incluíssem ações de apoio aos jovens no processo de desligamento institucional (FIGUEIRÓ; CAMPOS, 2013; MARTINEZ; SOARES-SILVA, 2008).